

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.367.269 - SP (2018/0244394-0)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO CANARIO 130 SPE
AGRAVANTE : TRISUL S/A
AGRAVANTE : SISPAR EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
ADVOGADOS : EDUARDO DE ALBUQUERQUE PARENTE - SP174081
ERIK GUEDES NAVROCKY - SP240117
DANIELA CRISTINA VOLPATO ALVES - SP252179
RAPHAEL MARTINUCI E OUTRO(S) - SP283592
AGRAVADO : CONDOMINIO THE PLACE - EDIFÍCIOS CANÁRIO E INHAMBU
ADVOGADO : ANDRÉ MANZOLI E OUTRO(S) - SP172290

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO CANÁRIO 130 SPE, TRISUL S/A e SISPAR EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, contra decisão da Presidência do TJSP que inadmitiu o recurso especial.

Cuidam os autos, na origem, de ação de obrigação de fazer, objetivando o CONDOMÍNIO THE PLACE - EDIFÍCIOS CANÁRIO E INHAMBU, a reparação de falhas e anomalias construtivas no Edifício The Place, construído pela parte recorrente, que teriam comprometido a qualidade do empreendimento e a segurança dos moradores do local.

O Juízo *a quo* julgou procedente o pedido da ação para condenar as requeridas a reparar os danos no prazo de 180 dias, a partir do trânsito em julgado, sob pena de multa diária "*a ser oportunamente arbitrada*" (fl.190).

Iniciada a execução, as requeridas foram intimadas a realizarem a correção das falhas, no prazo acima referido, sob pena de multa diária de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), limitada, por ora, a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) (fl. 211).

Inconformadas, as empresas agravaram das decisões de fls. 210-211 e 272, e o TJSP decidiu a controvérsia nos termos do acórdão, assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. Ação de obrigação de fazer, em fase de cumprimento de sentença. Multa cominatória. O objetivo das astriantes não era obrigar a ré, ora agravante, a pagar uma multa, mas assegurar o cumprimento da obrigação de forma específica. Multa diária mantida em R\$ 5.000,00, quantia adequada à satisfação dos interesses da parte, sem prejuízo de

eventual alteração posterior. Decisão mantida. RECURSO DESPROVIDO.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

Em suas razões de recurso especial, a parte recorrente aponta violação dos arts. 536 e 537, do Código de Processo Civil de 2015. Sustenta, em síntese, que a multa fixada por descumprimento é excessiva e desproporcional, pleiteando, dessa forma, a redução das astreintes.

Contrarrazões apresentadas.

Inadmitido o recurso na origem foi interposto o presente agravo.

É o relatório. Passo a decidir.

Cumpre salientar que o recurso foi interposto já na vigência do CPC/2015, de maneira que incide, na espécie, o Enunciado 3 do Plenário do STJ: "*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*"

No apelo nobre que pretende trânsito, sustenta o recorrente violação do arts. 536 e 537 do CPC/2015, ao argumento de que a multa diária deve ser reduzida, pois "*não se mostra compatível com a obrigação*". O TJ-SP, por sua vez, concluiu pela manutenção do valor da multa cominatória diária, fixada em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), limitada ao valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais). Para fins demonstrativos, colacionam-se os seguintes excertos do acórdão recorrido (fl. 302):

Trata-se de AGRAVO DE INSTRUMENTO interposto contra decisões digitalizadas as fls. 210/211 e 274 que, em ação de obrigação de fazer, em fase de execução de sentença, determinou que "(...) o prazo para cumprimento da obrigação é o fixado no título judicial, vale dizer, cento e oitenta dias a contar do trânsito em julgado, sob pena de multa diária de R\$5.000,00 limitada por ora, a R\$200.000,00", bem como "(...) cabendo ao Juízo apreciar, eventual e oportunamente, as hipóteses de modificação ou exclusão da multa cominatória."

[...]

O artigo 536, § 1º, do Código de Processo Civil (aplicável à espécie por força do disposto no artigo 300, do mesmo diploma legal), estabelece que, em caso de ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz poderá determinar, como medida voltada à efetivação da tutela específica ou para a obtenção do resultado prático equivalente, dentre outras,

a imposição de multa por tempo de atraso no adimplemento da medida ordenada.

[...]

Na hipótese vertente, apura-se que, no despacho ora hostilizado de fls. 210/211, houve fixação de multa diária de R\$ 5.000,00 para o caso do descumprimento da obrigação de realizar reparos (fls. 1067/1070 - itens 1.1 e 1.20), no prazo de 180 dias, limitada ao valor de R\$200.000,00.

Nesse cenário, as astreintes devem servir como forma de compelir a ré ao cumprimento da r. decisão em fase de cumprimento de sentença.

[...]

O valor atual, porém, poderá ser modificado conforme se alterem as circunstâncias que circunscrevem este caso concreto. Se necessário, o juiz poderá elevá-lo, a qualquer tempo, para atender as especificidades que se fizerem presentes, sem perder de vista, porém, a natureza do instituto, a vedação do enriquecimento sem causa e o princípio da proporcionalidade.

Assim, a multa diária arbitrada no valor arbitrado em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), limitada a R\$ 200.000,00, se mostra adequada.

O inconformismo não merece prosperar, pois a orientação do Superior Tribunal de Justiça firmou-se no sentido de que a revisão do valor fixado pelas instâncias ordinárias a título de multa diária esbarra no óbice da Súmula n. 7/STJ, a qual somente é relativizada se o *quantum* revelar-se irrisório ou exorbitante, contrariando os padrões de razoabilidade, o que não se evidencia no caso em tela. Nessa linha de inteligência, confirmam-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. PLANO DE SAÚDE. UNIMED. LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM PRECEDENTES DESTA CORTE SUPERIOR. SÚMULA 83 DO STJ. VALOR DA MULTA. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. (...)

2. As conclusões do Tribunal de origem em relação à razoabilidade do valor da multa diária fixada, caso a decisão judicial seja descumprida, não podem ser revistas por esta Corte Superior, pois demandaria reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, em razão do óbice da Súmula 7 do STJ, que impede o conhecimento do recurso por ambas as alíneas do dispositivo constitucional.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1305279/GO, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 04/09/2018, DJe

11/09/2018, grifou-se)

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CAUTELAR INOMINADA. PLANO DE SAÚDE. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA PARA RESTABELECIMENTO. ASTREINTES. AGRAVO DE INSTRUMENTO. INOBSERVÂNCIA DO PRAZO DO ART. 526 DO CPC/73. VALOR DA MULTA REDUZIDO EM SEGUNDA INSTÂNCIA. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

(...)

3. À luz da jurisprudência firmada nesta Corte, é cabível a aplicação de astreintes como instrumento de coerção ao cumprimento de decisões judiciais que imponham obrigação de fazer ou não fazer, de modo que o quantum arbitrado só será passível de revisão, nesta instância excepcional, quando se mostrar irrisório ou exorbitante, o que não se verifica na hipótese. Dessa forma, a pretendida revisão da importância fixada a título de multa diária esbarraria no enunciado da Súmula 7 desta Corte, por demandar o vedado revolvimento de matéria fática.

4. Agravo interno não provido".

(AgInt no AREsp 966.637/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 15/03/2018, DJe 22/03/2018, grifou-se)

Diante do exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília-DF, 1º de fevereiro de 2019.

Ministro **RAUL ARAÚJO**
Relator